

# Ceticismo, revolta e ressentimento

» ORLANDO THOMÉ CORDEIRO  
Consultor em estratégia

A partir de 1976, o horário eleitoral gratuito ficou restrito à apresentação de uma foto do candidato com a locução em off destacando breves relatos de sua trajetória de vida. Essa regra estava prevista na Lei nº 6.339/76, conhecida como Lei Falcão, em referência ao Ministro da Justiça da ditadura no período do governo Geisel.

As limitações dessa lei só foram revogadas em 1984, quando se liberou a propaganda eleitoral na televisão. E em 1997, foi sancionada a Lei nº 9.504, que passou a regular a propaganda eleitoral no Brasil até os dias atuais. Desde então, passamos por sete eleições gerais e seis, no âmbito municipal.

No último dia 30, começou o horário eleitoral gratuito em todo o país para a eleição municipal que ocorrerá em 6 de outubro. Durante uma semana, resolvi fazer um exercício: zapear os canais de TV para verificar o que estava sendo veiculado em alguns municípios na disputa pelas prefeituras e fazer uma comparação com propagandas de eleições realizadas há algumas décadas disponíveis no YouTube.

Por mais de 30 anos, praticamente todas as candidaturas têm colocado como prioridades os mesmos temas: saúde, educação, segurança, geração de emprego, transporte e, mais recentemente, meio ambiente. Para cada um deles, as narrativas e propostas apresentadas tiveram pouquíssima variação nesse período.

Para a saúde, a prioridade é “acabar com as filas nos hospitais”, “melhorar o atendimento”, “saúde pública de qualidade”. Na educação, o foco continua sendo “melhorar a qualidade do ensino”, “valorizar os professores”, “resgatar o projeto de escola em tempo integral, como era o CIEP”. Para a área de segurança, “combater o crime organizado”, “priorizar ações de inteligência”, “investir nas guardas municipais”, “trabalhar em parceria com governos estadual e federal”.

Quando falam em geração de emprego, o que ouvimos é “atrair empresas”, “investir em qualificação profissional”, “melhorar o ambiente de negócios”, “apoiar o empreendedorismo”. Para transporte, “investir na melhoria do sistema ferroviário”, “ampliar linhas de metrô”, “construir BRT e VLT”. Em meio ambiente, o discurso é “investir na prevenção de desastres”, “recuperar as áreas degradadas”, “criar projetos de educação ambiental”.

Ou seja, o tempo passou, e o que vinha e vem sendo prometido não foi cumprido! É claro que essa situação gera um misto de revolta e ceticismo na população, como presenciamos em alguns momentos na década de 2010. O primeiro e mais marcante foi o movimento que ficou conhecido como as jornadas de junho de 2013. Naquela ocasião, sem que houvesse lideranças orgânicas e estruturadas, uma parcela significativa da sociedade foi às ruas para protestar “contra tudo e contra todos”. O cenário era tão caótico e surpreendente que governos, legislativos e partidos políticos simplesmente não sabiam o que fazer.

Da mesma forma que surgiu, o movimento refreou pouco depois, mas o sentimento

continuava latente. E reapareceu com força em 2016, nas manifestações pelo impeachment da presidente Dilma Rousseff, seguindo nos dois anos posteriores em torno do apoio entusiasmado à Lava-Jato.

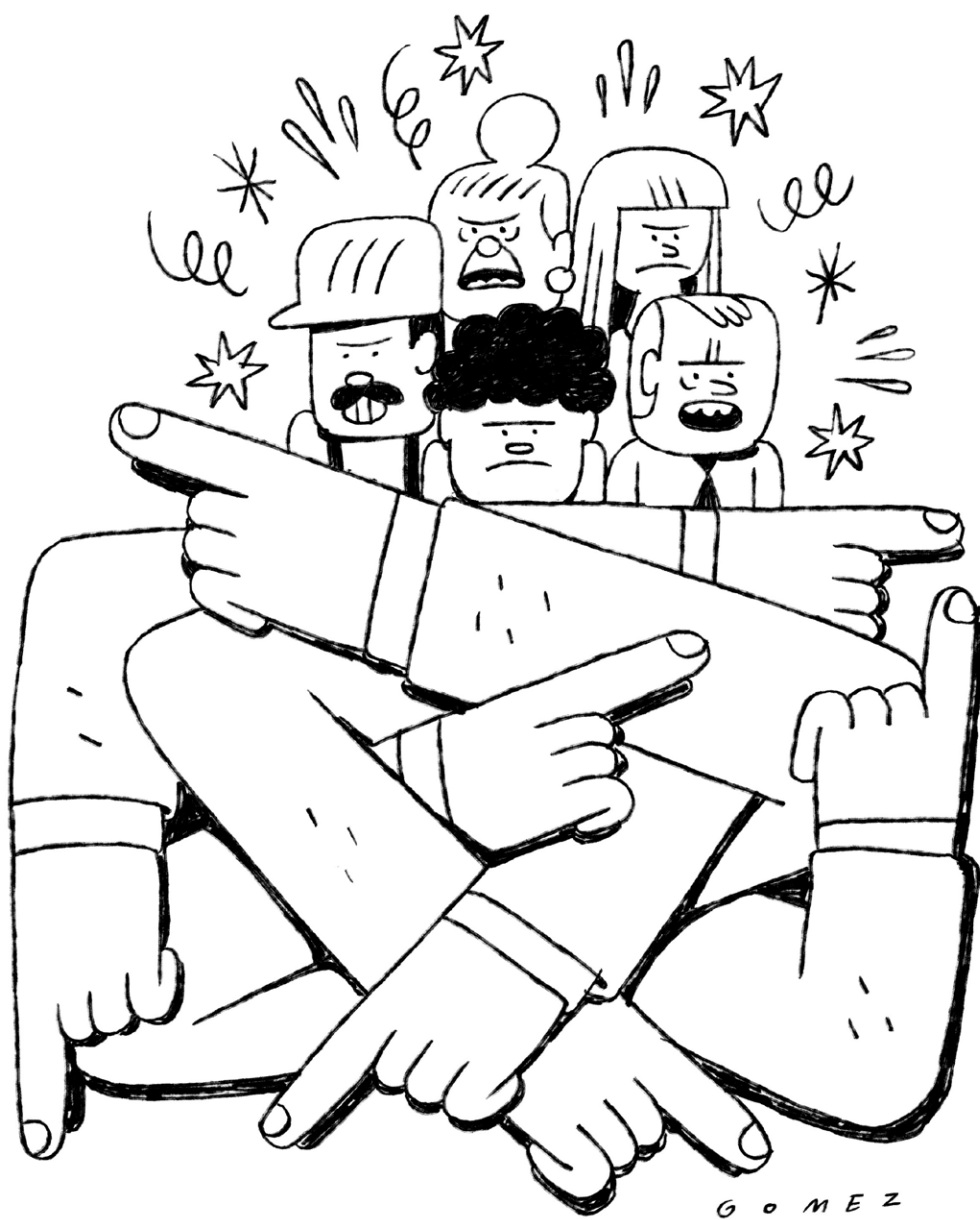
Esse clima permitiu o surgimento de personagens que, por convicção e/ou oportunismo, se apresentavam como antissistema, culminando com a eleição, em 2018, de um parlamentar pertencente ao chamado baixo clero da Câmara Federal para a Presidência do país e que, por muito pouco, perdeu a disputa em 2022.

Ainda assim, é evidente a permanência desse sentimento de ceticismo e revolta acompanhado de outro ingrediente: o ressentimento. Uma mistura perigosa que pode levar ao colapso do sistema democrático conquistado a partir de 1985.

É possível reverter tal situação? Diversos analistas apontam que o caminho a ser trilhado tem

como premissa a mudança radical de postura de lideranças comprometidas com a democracia política, passando a atuar de maneira clara e transparente para enfrentar duas questões prioritárias: 1) melhorar, de fato, os serviços públicos, combatendo a incompetência e a corrupção; 2) apresentar propostas que sejam claramente percebidas pela população como eficazes para reduzir a insegurança pública, indo além da constatação do problema ou da mera crítica à política do “tiro, porrada e bomba”.

Ou se muda de verdade, ou continuaremos a ver o crescimento de figuras populistas que, destilando ódio, surfam nessa onda. Infelizmente, sou obrigado a reconhecer que, olhando os exemplos dados pela maioria dos representantes eleitos, estamos cada vez mais propensos a sermos engolidos por essa onda que pode se tornar um tsunami.



# A irreversibilidade e as limitações da inteligência artificial

» ALFREDO RIBEIRO DA CUNHA LOBO

Advogado, especialista em processo civil pelo Instituto Brasileiro de Direito Público (IDP) e em advocacia no direito digital e proteção de dados pela Escola Brasileira de Direito (Ebradi)

Irreversível no cenário do desenvolvimento tecnológico, a inteligência artificial (IA) tem sido pauta de uma das mais complexas discussões em Brasília. Parlamentares das mais diversas frentes políticas se movimentam para aprovar a regulamentação do uso dessa ferramenta que desafia o imaginário humano e suscita dúvidas sobre o alcance dos benefícios a serviço da sociedade. Controlar essa revolução é o ponto que norteia as propostas de implementação de regras e marcos regulatórios em todo o mundo.

A União Europeia foi pioneira globalmente na aprovação da Lei da inteligência artificial, estabelecendo barreiras de proteção e fiscalização dessa tecnologia, mesmo sob forte pressão de empresas fornecedoras de software e com algumas oposições de países como a França e a Alemanha, que rechaçaram a implementação de medidas muito restritivas ao desenvolvimento da IA. EUA e China têm regulamentações, mas ainda não tão robustas, e caminham no mesmo direcionamento de criar iniciativas para mapear riscos e garantir o uso seguro e transparente da ferramenta.

No Brasil, o Projeto de Lei Nº 2.338/2023, que tramita no Senado com outras nove propostas sobre o mesmo tema, visa criar diretrizes para o uso ético, responsável e limitador da IA, “com objetivo de proteger os direitos fundamentais e garantir a implementação de sistemas seguros e confiáveis, em benefício da pessoa humana, ao regime democrático e ao desenvolvimento

científico e tecnológico”.

No centro da discussão, está o poder de manipulação, fraude, desinformação e criação ultrarrealista da ferramenta, que, por outro lado, também acumula vantagens e pode impulsionar um avanço em áreas em que a inovação pode salvar vidas, como a medicina, e provocar novas dinâmicas sociais ao ser aplicada nos ramos de direito e publicidade, por exemplo.

Um dos impasses para a definição de uma legislação sobre o assunto é a aplicabilidade ainda desconhecida que a tecnologia oferece para as mais diversas áreas e setores, e o tempo de atuação legal que será preciso para impedir que um eventual uso danoso, não previsto, seja proibido antes de se tornar uma grande ameaça social. Exemplo disso é que o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) se adiantou e regulamentou o uso da inteligência artificial por partidos, candidatos e coligações com foco nas eleições municipais deste ano.

É plausível dizer que ninguém ainda é capaz de definir quais são os limites da IA, porque as possibilidades parecem, neste momento, ainda infinitas. Regular sobre o futuro é tomar decisões em um cenário nebuloso. Não que isso nunca tenha acontecido. O Marco Civil da Internet, que completa 10 anos este ano, também foi sancionado num cenário de dúvidas. A diferença é que, agora, o mundo tem mais clareza da velocidade dos potenciais estragos da inovação tecnológica.

Mas é mais do que justo falar dos benefícios. No campo jurídico, pelo menos por ora, o uso

da inteligência artificial, com parcimônia, parece ser uma solução viável para desafogar o sistema. Segundo relatório da Justiça em Números, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), em 2023, chegaram ao Judiciário brasileiro 35,2 milhões de novos processos, um aumento de 9,5% em relação a 2022. São aproximadamente 84 milhões de casos sob responsabilidade de 18 mil juízes e 275 mil servidores — dados que fazem o Brasil despontar com um dos Judiciários mais volumosos do mundo.

O uso da nova tecnologia seria um importante aliado para dar celeridade aos tribunais, reduzir custos e tirar a sobrecarga do sistema. E o Poder Judiciário já entendeu isso. Atualmente, existem mais de 100 projetos de inteligência artificial sendo desenvolvidos nos tribunais e conselhos de Justiça. É certo que os prós e contras ainda precisam ser estudados porque todo material a ser produzido necessitaria de uma revisão — afinal, são robôs treinados, programados por humanos, e as possibilidades de erros são mais do que reais.

Fato é que, independentemente dos rumos da ciência, a inteligência artificial não consegue substituir o profissional de direito na sua atividade-fim. É seu cabedal teórico que vai possibilitar o exercício de interpretar e argumentar. Sem isso, juízes e advogados não se justificariam nas suas petições, audiências e sentenças. Mas essa capacidade de ir além do que a fria letra da lei determina é do homem e, nunca, em tempo algum, será de uma máquina ou de um algoritmo.

## Visto, lido e ouvido

Desde 1960

Circe Cunha (interina) // circecunha.df@dabr.com.br

## Gestão de crise

Dos discursos proferidos até agora durante a realização da 78ª Assembleia Geral das Nações Unidas, boa parte foi endereçada diretamente à própria ONU. Ao que parece, os líderes que ocuparam aquela planetária tribuna levaram consigo uma extensa lista de reclamações sobre a atuação desse importante órgão no atual cenário global, destacando a pouca ou nenhuma ação para deter o avanço dos conflitos que ocorrem em vários países e ameaçam se alastrar para uma guerra generalizada.

De fato, não são poucos os problemas que a ONU tem que lidar no dia a dia de um mundo tumultuado, superpopuloso e que enfrenta também sérias ameaças com relação às mudanças climáticas e suas consequências para todo o planeta e a vida em geral. Com o lema Paz, Prosperidade, Progresso e Sustentabilidade, os organizadores da assembleia esperavam que as lideranças que viessem a essa reunião trouxessem sugestões e ideias consistentes a serem acolhidas para dar um pouco de esperança e otimismo a um mundo que parece ter virado de cabeça para baixo. Ao que parece, a velha máxima de que várias cabeças pensam melhor que uma não deu resultado.

Para complicar todo esse cenário, em que nem mesmo os países desenvolvidos sabem ao certo para onde seguir, é preciso destacar que a pandemia provocada pela covid-19, iniciada há cinco anos, ainda faz vítimas pelo mundo. De acordo com o último relatório da Organização Mundial da Saúde (OMS), até 1º de setembro de 2024, foram 776.137.815 casos confirmados em 231 países, com 7.061.330 mortes registradas em decorrência dessa doença.

Segundo sanitaristas, a covid-19 foi a quinta doença mais mortal da história humana, perdendo apenas para a malária, que, desde a Idade da Pedra, continua fazendo vítimas fatais. Ainda assim, a covid-19 fez estragos em todo o planeta, deixando mais de 114 milhões de desempregados, cerca de 55% da população mundial sem qualquer proteção social, aumentando a pobreza global em mais de 125 milhões de pessoas.

Não fossem poucos os problemas enfrentados pela ONU, somam-se a esses infortúnios a poluição ambiental, a perda de biodiversidade e as calamidades naturais que vão ocorrendo mundo afora, com cada vez mais intensidade, decorrentes também do aquecimento global. A todo esse quadro caótico em âmbito mundial acrescenta-se ainda o esgotamento rápido dos recursos naturais, como água potável. Tudo isso em um planeta que abriga hoje um contingente humano de 8 bilhões de indivíduos.

Não por outra razão, todo esse conjunto de problemas tem indicado que já se observa um nítido declínio dos direitos humanos em toda a parte, sobretudo relativos a mulheres, crianças e idosos. Qualquer indivíduo que tenha hoje um mínimo de consciência e esteja antenado acerca dos problemas globais enfrentados pela humanidade nestas primeiras décadas do século 21 sabe que, sem o fortalecimento e a união em torno de um organismo multilateral do porte da ONU, os graves problemas experimentados por nossa espécie — talvez, os mais sérios de toda a nossa história — não terão o condão de aliviar todo esse quadro, dando uma chance para que o planeta volte aos trilhos da normalidade.

A questão é que, segundo os especialistas em meio ambiente, as chances de o planeta voltar a ser o que era até um passado recente são poucas ou quase nenhuma, sendo que, à medida que o tempo avança, a possibilidade de salvação da Terra e dos seres vivos vai ficando cada vez mais escassa. Aqui não se trata de alarmismos, mas de prognósticos sombrios da ciência, feitos há algum tempo e não levados a sério pela maioria dos países.

Pelo que se depreende dos vários discursos feitos nessa plenária mundial, as preocupações dos líderes dos diversos países revelam preocupações locais ou umbilicais — muitas delas causadas por administrações erráticas e sem relação direta com o que parece importar neste momento, que são os graves e inadiáveis problemas mundiais.

Infelizmente, os líderes que discursaram nessa assembleia, em sua maioria, também não leram previamente o Relatório publicado, ainda em 2022, pelo Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (Pnuma) que identifica e analisa os principais problemas atuais da humanidade no campo ambiental. Tivessem prestado atenção a esse documento, saberiam que a poluição sonora, os incêndios florestais e as mudanças climáticas compõem o que os cientistas chamam de fenologia — ou seja, um conjunto de distúrbios que provocam alterações nas plantas e nos animais, roubando-lhes seus sincronismos com a natureza, prejudicando a reprodução, a frutificação, a polinização e as migrações, entre outras atividades naturais e imprescindíveis à continuidade da vida sobre o planeta.

Ir até essa importante tribuna falar de sandices, como foi ouvido aqui e ali, enquanto o planeta se desfaz sob nossos pés é alienação, despreparo ou, como disse a imprensa, coisa de falso estadista.

### » A frase que foi pronunciada:

“A ONU precisa ser reformulada para o bem da democracia”

Presidente Lula da Silva, sem antes estabelecer a hipótese definidora da expressão

### » História de Brasília

Se o banco retirar essa vantagem, estará condenando a transferência do estabelecimento para Brasília, porque ninguém deseja vir sem vantagens, já que os funcionários públicos recebem 100%. (Publicada em 18/2/1962)